

Destaques da sessão plenária de 6 a 9 de julho de 2015, Estrasburgo

Debate com Tusk sobre as conclusões da cimeira europeia dominada pela Grécia e pela migração

Os eurodeputados vão debater com o presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, os resultados da cimeira europeia de junho. A situação na Grécia, a migração, em especial os mecanismos de recolocação e reinstalação de refugiados, a segurança e defesa, a coordenação das políticas económicas dos Estados-Membros, o mercado único digital e os planos para a realização de um referendo no Reino Unido sobre a saída ou permanência na UE serão alguns dos temas abordados no debate, na terça-feira, às 15h00.

5

TTIP: Parlamento Europeu faz recomendações à Comissão sobre negociações com os EUA

O acordo comercial entre a UE e os EUA está de volta à agenda da sessão plenária. Na terça-feira de manhã, o Parlamento Europeu vai debater com a Comissão as prioridades e as linhas vermelhas da UE nas atuais negociações sobre a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP). A inclusão ou exclusão de um mecanismo de resolução de litígios entre os investidores e o Estado assente na arbitragem privada será um dos assuntos em destaque na votação agendada para quarta-feira.

6

Perspetivas para o setor dos laticínios da UE após o fim das quotas leiteiras

Os desafios que se colocam ao setor dos laticínios após o fim das quotas leiteiras, em 31 de março, a volatilidade dos preços, o impacto do embargo russo e a necessidade de prestar especial atenção às regiões ultraperiféricas, como os Açores, são alguns dos assuntos abordados num relatório que vai ser debatido em plenário na segunda-feira e votado no dia seguinte. A produção de leite é a principal atividade económica nos Açores, representando cerca de 46% da economia regional.

8

Setor das frutas e produtos hortícolas

O relatório do eurodeputado Nuno Melo sobre a aplicação das disposições relativas às organizações de produtores e aos fundos e programas operacionais no setor das frutas e produtos hortícolas desde a reforma de 2007 vai ser apresentado em plenário na segunda-feira e votado no dia seguinte. O documento analisa a situação no setor e avança com uma série de recomendações para melhorar o atual regime e proteger os agricultores.

11

Debate sobre as prioridades da presidência luxemburguesa

Na quarta-feira de manhã, o primeiro-ministro do Luxemburgo, Xavier Bettel, vai apresentar aos eurodeputados as prioridades da presidência luxemburguesa do Conselho para os próximos seis meses. Esta é a 12ª vez que o Luxemburgo, um dos países fundadores da UE, assume a presidência rotativa do Conselho. Na manhã anterior, os eurodeputados vão fazer o balanço da presidência da Letónia com a primeira-ministra Laimdota Straujuma.

12

Parlamento Europeu vota 69,7 milhões de euros para ajudar na gestão dos fluxos migratórios

Os eurodeputados deverão aprovar na terça-feira o aumento do orçamento e do pessoal das três agências europeias diretamente implicadas na resposta às pressões migratórias: a Frontex, o Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo e a Europol. O projeto de orçamento retificativo n.º 5/2015 tem por objetivo reforçar os recursos da União para a gestão dos fluxos migratórios e dos fluxos de refugiados, na sequência das recentes tragédias no Mediterrâneo.

13

Orçamento da UE para 2016: Mandato para iniciar negociações com o Conselho

O Parlamento Europeu vai debater o projeto de orçamento da UE para 2016 e votar o mandato para as negociações com o Conselho de Ministros da UE. O relator da comissão parlamentar dos Orçamentos, José Manuel Fernandes, destaca a importância dos "três E" - Emprego, Empresas e Empreendedorismo - e da solidariedade interna e externa. A primeira reunião entre o PE, o Conselho e a Comissão (trílogo) para discutir o projeto de orçamento para 2016 realiza-se no dia 14 de julho.

15

União dos Mercados de Capitais

Os eurodeputados vão fazer recomendações à Comissão sobre a construção de uma União dos Mercados de Capitais num debate que se realiza na segunda-feira e numa resolução que será votada na quinta-feira. A União dos Mercados de Capitais visa eliminar as barreiras que bloqueiam os investimentos transfronteiras na UE e que impedem as empresas de terem acesso ao financiamento. Um dos objetivos é o desbloqueamento da liquidez, colocando-a ao serviço das empresas europeias, em especial das PME.

16

Maior envolvimento dos acionistas nas sociedades cotadas e transparência nas grandes empresas

Os acionistas de sociedades cotadas na UE devem ter o direito de votar sobre a política de remuneração dos administradores pelo menos de três em três anos, de acordo com alterações a uma proposta legislativa que vai ser votada na quarta-feira. O texto aprovado na comissão parlamentar dos Assuntos Jurídicos requer também que as grandes empresas e as entidades de interesse público divulguem informações, país por país, sobre os lucros obtidos, os impostos pagos e os subsídios recebidos.

18

Ambiente: Eurodeputados propõem medidas para aumentar a eficiência na utilização dos recursos

A definição de uma meta vinculativa de redução dos resíduos, a revisão da legislação europeia sobre a conceção ecológica e a adoção de medidas para dissociar o crescimento da utilização dos recursos naturais são algumas das recomendações feitas num relatório sobre a transição para uma economia circular, que vai ser votado

na quarta-feira. Os eurodeputados instam a Comissão a apresentar uma proposta ambiciosa sobre a economia circular até ao final deste ano. 20

Reserva de estabilização do mercado para o regime de comércio de licenças de emissão de CO2

O Parlamento Europeu vai votar a proposta de criação de uma reserva de estabilização do mercado para o regime de comércio de licenças de emissão de CO2, que visa tratar a questão do excedente de licenças, atualmente estimadas em 2 mil milhões. O acordo alcançado entre os eurodeputados e os governos nacionais em 26 de maio vai ser votado em plenário no dia 8 de julho. A reserva de estabilização do mercado estará operacional a partir de 1 de janeiro de 2019. 22

Modernizar as regras europeias sobre os direitos de autor

Os eurodeputados vão debater e votar um relatório que examina as atuais regras europeias sobre os direitos de autor e faz recomendações para a reforma que a Comissão deverá apresentar até ao final do ano. O objetivo é modernizar a legislação para a tornar compatível com a era digital. O relatório aborda questões como o bloqueio geográfico, a utilização de fotografias de obras ou edifícios que se encontram em locais públicos, a promoção da criatividade e a remuneração dos titulares de direitos. 24

Debate sobre as relações entre a UE e Cuba com Federica Mogherini

Os eurodeputados vão debater os últimos desenvolvimentos nas relações entre a UE e Cuba e as perspetivas para o futuro com a Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros, Federica Mogherini, na quarta-feira à tarde. 25

Outros assuntos na agenda

Recentes ataques terroristas / Extensão do mandato da comissão TAXE / Preparação do programa de trabalho da Comissão para 2016 / Revisão da Política Europeia de Vizinhança 26

<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/agenda/briefing/2015-07-06>

Mais informação

[Agenda da sessão plenária](#)

[Pode assistir em direto à sessão plenária através do EP Live](#)

[Conferências de imprensa e outros eventos](#)

[EuroparTV](#)

[Material Audiovisual](#)

[EP Newshub](#)

Contactos

Isabel Teixeira NADKARNI

Serviço de Imprensa

☎ (+32) 2 28 32198 (BXL)

☎ (+33) 3 881 76758 (STR)

☎ (+32) 498 98 33 36

✉ isabel.nadkarni@europarl.europa.eu

Debate com Tusk sobre as conclusões da cimeira europeia dominada pela Grécia e pela migração

Os eurodeputados vão debater com o presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, os resultados da cimeira europeia de junho. A situação na Grécia, a migração, em especial os mecanismos de recolocação e reinstalação de refugiados, a segurança e defesa, a coordenação das políticas económicas dos Estados-Membros, o mercado único digital e os planos para a realização de um referendo no Reino Unido sobre a saída ou permanência na UE serão alguns dos temas abordados no debate, na terça-feira, às 15h00.

Os debates na reunião do Conselho Europeu de junho concentraram-se na Grécia, na migração, no futuro referendo no Reino Unido, na segurança e defesa e em questões económicas.

Debate: 7/07/2015

Mais informação

[Conclusões do Conselho Europeu de 25 e 26 de junho de 2015](#)

TTIP: Parlamento Europeu faz recomendações à Comissão sobre negociações com os EUA

O acordo comercial entre a UE e os EUA está de volta à agenda da sessão plenária. Na terça-feira de manhã, o Parlamento Europeu vai debater com a Comissão as prioridades e as linhas vermelhas da UE nas atuais negociações sobre a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP). A inclusão ou exclusão de um mecanismo de resolução de litígios entre os investidores e o Estado assente na arbitragem privada será um dos assuntos em destaque na votação agendada para quarta-feira.

O acordo de comércio e investimento entre a UE e os EUA deve aumentar o acesso europeu ao mercado norte-americano, mas sem comprometer os padrões da UE nem o direito de regular em prol do interesse público, diz a comissão parlamentar do Comércio Internacional no seu relatório, aprovado em 28 de maio, com recomendações à Comissão Europeia para as negociações do TTIP. Nesse relatório, os eurodeputados defendem também uma reforma das regras sobre a resolução de litígios entre investidores e Estados.

As recomendações ao executivo comunitário, que está a negociar o acordo com os parceiros norte-americanos em nome da UE, foram aprovadas na comissão parlamentar por 28 votos a favor e 13 contra.

A votação do relatório foi inicialmente agendada para a sessão plenária de junho, tendo sido adiada por decisão do presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, devido às mais de 200 alterações e pedidos de votação por partes e de votação em separado apresentadas em plenário. O presidente solicitou à comissão parlamentar do Comércio Internacional que analisasse essas emendas. Em 29 de junho, esta decidiu mantê-las e submetê-las à votação do plenário.

Este relatório visa fazer o ponto da situação das conversações entre a UE e os EUA, que decorrem desde julho de 2013, e indicar a posição do Parlamento Europeu em relação a questões fulcrais como:

- o mecanismo de resolução de litígios entre os investidores e o Estado (ISDS, na sigla inglesa);
- uma lista exaustiva dos produtos agrícolas e industriais sensíveis;
- o respeito pelos padrões ambientais, de saúde e de proteção social da UE;
- a proteção das indicações geográficas europeias;
- a eliminação de quaisquer restrições existentes à exportação de energia entre os dois parceiros comerciais;

- a proteção dos dados pessoais dos europeus, assegurando que o acervo da UE neste domínio não fica comprometido com a liberalização dos fluxos de dados, especialmente na área do comércio eletrónico;
- a remoção das atuais restrições norte-americanas aos serviços de transportes marítimos e de transportes aéreos que são propriedade das empresas europeias, como no que diz respeito à propriedade estrangeira de companhias aéreas;
- a exclusão de serviços públicos do TTIP, nomeadamente água, saúde, sistemas de segurança social e educação;
- a pressão para que os EUA ratifiquem e apliquem as oito convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (até ao momento apenas ratificou duas);
- o aumento da transparência, garantindo a publicação de mais documentos e o acesso a mais informação sobre as negociações.

Parlamento Europeu terá palavra final sobre o TTIP O acordo que resultar das negociações em curso só poderá entrar em vigor com a aprovação do Parlamento Europeu e do Conselho de Ministros da UE.

Debate: 7/07/2015

Votação: 8/07/2015

Processo: relatório de iniciativa

Relator: Bernd Lange (S&D, DE)

Mais informação

[Relatório que contém as recomendações do Parlamento Europeu à Comissão Europeia referentes às negociações da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento \(TTIP\)](#)

Perspetivas para o setor dos laticínios da UE após o fim das quotas leiteiras

Os desafios que se colocam ao setor dos laticínios após o fim das quotas leiteiras, em 31 de março, a volatilidade dos preços, o impacto do embargo russo e a necessidade de prestar especial atenção às regiões ultraperiféricas, como os Açores, são alguns dos assuntos abordados num relatório que vai ser debatido em plenário na segunda-feira e votado no dia seguinte. A produção de leite é a principal atividade económica nos Açores, representando cerca de 46% da economia regional.

Os eurodeputados vão pedir à Comissão Europeia que tome medidas de mercado adicionais para resolver a crise com que o setor dos laticínios se depara atualmente, na sequência da pressão para diminuir os preços resultante da inexistência de instrumentos de prevenção de crise adequados, de uma quebra da procura mundial, da volatilidade dos preços e do embargo imposto pela Rússia aos produtos lácteos europeus.

Os eurodeputados querem também que seja reforçado o papel do Observatório do Mercado do Leite, criado em abril do ano passado para melhorar a supervisão do setor dos laticínios.

"A extrema volatilidade dos preços e as crises recorrentes, incompatíveis com investimentos acrescidos na pecuária e com a instalação de novos produtores, são os principais desafios com que o setor do leite e dos produtos lácteos se depara", diz o relatório da comissão parlamentar da Agricultura.

Para os eurodeputados, as atuais medidas de "rede de segurança", como a intervenção pública e a ajuda privada ao armazenamento, "por si só, não são instrumentos suficientes para resolver a volatilidade permanente ou uma crise no setor dos laticínios".

Os parlamentares fazem uma série de recomendações para fazer face aos desafios que se colocam ao setor do leite, solicitando, por exemplo, à Comissão que:

- apresente instrumentos de regulação para prevenir e gerir novas crises que facilite a organização da produção de leite em termos de gestão da oferta;
- adapte os preços de intervenção, que são demasiado baixos, já não têm qualquer relação com os atuais preços de mercado e demonstraram ser ineficazes para garantir preços no produtor adequados e estáveis a longo prazo;
- defina indicadores sobre os custos de produção que tenham em conta os custos de energia, os fertilizantes, a alimentação dos animais, os salários, as rendas e outros custos de fatores de produção essenciais;
- desenvolva instrumentos de proteção contra as fortes e repentinas diminuições do preço do leite;

- analise novos instrumentos de estabilização dos rendimentos;
- apresente uma proposta sobre a limitação de práticas comerciais desleais.

A situação particular das regiões ultraperiféricas O relatório refere "o grande impacto negativo que a supressão das quotas terá nas regiões ultraperiféricas, especialmente nos Açores, em que a produção de leite é a principal atividade económica, representando cerca de 46% da economia regional".

Um grande número de explorações leiteiras na UE está, de facto, situado em regiões desfavorecidas, ultraperiféricas, insulares ou montanhosas, em que os custos de produção, recolha e comercialização no mercado do leite e dos produtos lácteos fora das respetivas zonas de produção são muito mais elevados do que noutras zonas.

"A maior concentração de produtores nas zonas mais bem localizadas da UE do ponto de vista económico pode constituir uma ameaça para esses produtores", afirma a comissão parlamentar.

Os eurodeputados defendem a necessidade de manter a produção leiteira em toda a UE, "dado o importante contributo socioeconómico do setor dos laticínios para o desenvolvimento agrícola e rural", destacando a sua particular importância nas regiões ultraperiféricas, onde é muitas vezes o único tipo de exploração possível.

"É necessário levar a cabo políticas ambiciosas de apoio a essas regiões com a ajuda de políticas de desenvolvimento rural, do plano de investimento e da promoção e ajustamento das ajudas da PAC propiciadas pela última reforma", diz o relatório.

Aumentar o poder de negociação e a influência dos produtores O relatório realça o papel importante desempenhado pelas organizações de produtores e respetivas associações para aumentar o poder de negociação e a influência dos produtores na cadeia de abastecimento.

Os eurodeputados defendem que o reforço das relações contratuais, com um alargamento a todo o setor - incluindo a grande distribuição -, ajudam a assegurar uma distribuição equitativa dos rendimentos em toda a cadeia de abastecimento, permitindo um maior valor acrescentado.

Oportunidades no mercado mundial As negociações comerciais bilaterais podem representar oportunidades estratégicas para o setor dos laticínios da UE, dizem os deputados, solicitando à Comissão que se empenhe mais na abertura de novos mercados em países terceiros e na eliminação dos obstáculos ao comércio. Esta deve, no entanto, ter em devida conta as preocupações em matéria de "denominação de origem protegida" (DOP), "indicações geográficas protegidas" (IGP) e "especialidade tradicional garantida" (ETG).

A procura global de produtos lácteos deverá crescer 2% por ano, o que oferece oportunidades aos produtos originários da UE, mas estas oportunidades de exportação têm de ser equilibradas por um mercado interno estável, diz o documento.

Aposta nos jovens, no investimento e na inovação Os eurodeputados realçam o papel importante da renovação das gerações para o futuro do setor do leite e as oportunidades significativas para jovens agricultores no ramo da produção leiteira.

"A renovação das gerações, a modernização e o investimento são fundamentais para o funcionamento e a sustentabilidade do setor europeu do leite", afirma o relatório.

O documento salienta também a importância de estimular a investigação e a inovação a fim de permitir que todos os produtores e todas as empresas do setor adaptem os seus instrumentos e técnicas de produção. O reforço da competitividade deve constituir um instrumento ao serviço de uma remuneração mais harmonizada dos produtores no âmbito da cadeia de valor dos produtos lácteos, diz ainda o relatório.

O eurodeputado açoriano Ricardo Serrão Santos foi o relator-sombra do grupo S&D na preparação deste relatório na comissão parlamentar da Agricultura.

Debate: 6/07/2015

Votação: 7/07/2015

Processo: relatório de iniciativa

Relator: James Nicholson (ECR, UK)

Mais informação

[Relatório sobre as perspetivas para o setor dos laticínios da UE – Revisão da aplicação do «pacote do leite»](#)

Setor das frutas e produtos hortícolas

O relatório do eurodeputado Nuno Melo sobre a aplicação das disposições relativas às organizações de produtores e aos fundos e programas operacionais no setor das frutas e produtos hortícolas desde a reforma de 2007 vai ser apresentado em plenário na segunda-feira e votado no dia seguinte. O documento analisa a situação no setor e avança com uma série de recomendações para melhorar o atual regime e proteger os agricultores.

A reforma de 2007 do regime relativo às frutas e produtos hortícolas (FPH) alargou a política de reforço do papel das organizações de produtores e das associações de organizações de produtores.

Nuno Melo (PPE), relator da comissão parlamentar da Agricultura, considera que o relatório apresentado pela Comissão Europeia em março de 2014 sobre o setor das FPH apresenta uma perspetiva equilibrada da situação, identificando as áreas em que foram alcançados progressos e assinalando simultaneamente certos problemas que persistem.

O relatório do eurodeputado português defende a simplificação do regime de FPH, a melhoria da gestão das organizações de produtores, o aumento do nível geral de apoio a estas organizações e uma melhor utilização dos instrumentos de prevenção e gestão de crises, a fim de ajudar os agricultores a protegerem-se contra grandes quedas nos rendimentos.

As crises podem surgir não só devido às condições do mercado, mas também por problemas no domínio sanitário (tais como a crise de E. coli de 2011) e por tensões políticas (o atual embargo russo).

O eurodeputado insta também a Comissão a intensificar os seus esforços para proteger os agricultores contra as práticas comerciais desleais de grandes retalhistas.

Debate: 6/07/2015

Votação: 7/07/2015

Processo: relatório de iniciativa

Relator: Nuno Melo (PPE, PT)

Mais informação

[Relatório sobre o setor das frutas e produtos hortícolas desde a reforma de 2007](#)

Debate sobre as prioridades da presidência luxemburguesa

Na quarta-feira de manhã, o primeiro-ministro do Luxemburgo, Xavier Bettel, vai apresentar aos eurodeputados as prioridades da presidência luxemburguesa do Conselho para os próximos seis meses. Esta é a 12^a vez que o Luxemburgo, um dos países fundadores da UE, assume a presidência rotativa do Conselho. Na manhã anterior, os eurodeputados vão fazer o balanço da presidência da Letónia com a primeira-ministra Laimdota Straujuma.

As prioridades da presidência luxemburguesa do Conselho, que decorre de 1 de julho a 31 de dezembro deste ano, assentam em sete pilares:

- Estimular o investimento para o crescimento e o emprego
- Aprofundar a dimensão social da UE
- Gerir a migração, aliando as liberdades, a justiça e a segurança
- Revitalizar o mercado único com um enfoque na dimensão digital
- Colocar a competitividade num quadro global e transparente
- Promover o desenvolvimento sustentável
- Reforçar a presença da UE no mundo

Debates: 7/07/2015 (balanço da presidência letã) e 8/07/2015 (apresentação das prioridades da presidência luxemburguesa)

Mais informação

[Website da presidência luxemburguesa do Conselho](#)

Parlamento Europeu vota 69,7 milhões de euros para ajudar na gestão dos fluxos migratórios

Os eurodeputados deverão aprovar na terça-feira o aumento do orçamento e do pessoal das três agências europeias diretamente implicadas na resposta às pressões migratórias: a Frontex, o Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo e a Europol. O projeto de orçamento retificativo n.º 5/2015 tem por objetivo reforçar os recursos da União para a gestão dos fluxos migratórios e dos fluxos de refugiados, na sequência das recentes tragédias no Mediterrâneo.

O projeto de orçamento retificativo apresentado pela Comissão em maio, com a Agenda Europeia para a Migração, propõe aumentar os efetivos e o orçamento das três agências diretamente implicadas na resposta às pressões migratórias.

- Frontex: 16 lugares suplementares; 528 mil euros de despesas adicionais para 2015
- Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo (EASO): quatro lugares suplementares; 132 mil euros de despesas adicionais para 2015
- Europol: três lugares suplementares; 99 mil euros de despesas adicionais para 2015

O aumento das dotações para autorizações é de 75,8 milhões de euros e o das dotações para pagamentos é no valor de 69,7 milhões de euros.

O aumento das dotações para pagamentos é integralmente reafetado a partir do programa Galileo (programa europeu de radionavegação e de posicionamento por satélite), dado que o procedimento de aquisição do terceiro lote de satélites, inicialmente previsto para 2015, está atualmente programado para o segundo trimestre de 2016.

Apesar de saudar o empenho de todas as instituições europeias em aumentar as dotações orçamentais relacionadas com a migração e o asilo, a comissão parlamentar dos Orçamentos lamenta o montante limitado dos aumentos propostos no projeto de orçamento retificativo n.º 5/2015, que não correspondem às necessidades reais atendendo à crise que se vive neste momento no Mediterrâneo, e que irá provavelmente agravar-se, bem como ao aumento provável de refugiados da Ucrânia.

Os eurodeputados referem, além disso, que o projeto de orçamento retificativo não prevê dotações para pagamentos globais adicionais no orçamento de 2015, recorrendo mais uma vez à reafetação de recursos já existentes.

Dada a urgência da situação, os parlamentares manifestam, no entanto, a sua disponibilidade para aprovar o projeto de orçamento retificativo o mais rapidamente possível, tal como

apresentado pelo executivo comunitário.

Votação: 7/07/2015

Processo: orçamental

Relatora: Eider Gardiazabal Rubial (S&D, ES)

Mais informação

[Relatório sobre o projeto de orçamento retificativo n.º5/2015 da União Europeia para o exercício de 2015 - Dar resposta às pressões migratórias](#)

Orçamento da UE para 2016: Mandato para iniciar negociações com o Conselho

O Parlamento Europeu vai debater o projeto de orçamento da UE para 2016 e votar o mandato para as negociações com o Conselho de Ministros da UE. O relator da comissão parlamentar dos Orçamentos, José Manuel Fernandes, destaca a importância dos "três E" - Emprego, Empresas e Empreendedorismo - e da solidariedade interna e externa. A primeira reunião entre o PE, o Conselho e a Comissão (trílogo) para discutir o projeto de orçamento para 2016 realiza-se no dia 14 de julho.

A comissão parlamentar dos Orçamentos opõe-se a cortes no programa para a competitividade das empresas e das pequenas e médias empresas (COSME), defende a continuação da Iniciativa para o Emprego dos Jovens e reitera a necessidade de reduzir o atraso insustentável dos pagamentos de liquidação pendente relativos aos programas de coesão para um nível de cerca de 2 mil milhões de euros até ao final de 2016.

O documento que for aprovado em plenário na quarta-feira vai definir as linhas de negociação do Parlamento Europeu para os trílogos, que têm início em 14 de julho. As negociações continuam em setembro, tendo em vista chegar a um acordo que possa ser aprovado pelas instituições no final do ano.

No projeto de orçamento para 2016, apresentado pela Comissão Europeia em 27 de maio, as dotações de autorização ascendem a 153,5 mil milhões de euros (menos 5,3 % do que em 2015) e os pagamentos a 143,5 mil milhões de euros (mais 1,6 % do que em 2015).

Debate: 7/07/2015

Votação: 8/07/2015

Processo: orçamental

Relator: José Manuel Fernandes (PPE, PT)

Mais informação

[Relatório sobre o mandato para o trílogo relativo ao projeto de orçamento para 2016](#)

União dos Mercados de Capitais

Os eurodeputados vão fazer recomendações à Comissão sobre a construção de uma União dos Mercados de Capitais num debate que se realiza na segunda-feira e numa resolução que será votada na quinta-feira. A União dos Mercados de Capitais visa eliminar as barreiras que bloqueiam os investimentos transfronteiras na UE e que impedem as empresas de terem acesso ao financiamento. Um dos objetivos é o desbloqueamento da liquidez, colocando-a ao serviço das empresas europeias, em especial das PME.

No debate de segunda-feira, os eurodeputados vão questionar a Comissão sobre o Livro Verde sobre a construção de uma União dos Mercados de Capitais, apresentado em fevereiro.

Pergunta à Comissão Em 18 de fevereiro de 2015, a Comissão adotou um Livro Verde sobre a construção de uma União dos Mercados de Capitais. Como primeira reação ao mesmo, o Parlamento Europeu desejava colocar à Comissão as seguintes perguntas:

- De que modo irá a Comissão assegurar que, na construção de uma União dos Mercados de Capitais (UMC), se siga uma abordagem genuinamente europeia, centrada no funcionamento dos mercados de capitais em toda a União e que, sempre que sejam apreciadas propostas adicionais, tenha em conta as diferenças existentes nos setores financeiros na UE?
- De que modo irá a Comissão criar condições económicas e regulamentares favoráveis às PME, que assegurem o acesso bem-sucedido e diversificado das PME ao financiamento na UMC?
- De que forma tenciona a Comissão ter em conta a proporcionalidade, a coerência e a consistência numa UMC, no âmbito de um quadro de regulamentação e de supervisão eventualmente reforçado?

Debate: 6/07/2015

Votação: 9/07/2015

Processo: pergunta oral e resolução

Mais informação

Livro Verde da Comissão Europeia "Construção de uma União dos Mercados de Capitais"
(18/02/2015)

Maior envolvimento dos acionistas nas sociedades cotadas e transparência nas grandes empresas

Os acionistas de sociedades cotadas na UE devem ter o direito de votar sobre a política de remuneração dos administradores pelo menos de três em três anos, de acordo com alterações a uma proposta legislativa que vai ser votada na quarta-feira. O texto aprovado na comissão parlamentar dos Assuntos Jurídicos requer também que as grandes empresas e as entidades de interesse público divulguem informações, país por país, sobre os lucros obtidos, os impostos pagos e os subsídios recebidos.

A proposta de revisão da diretiva sobre os direitos dos acionistas, inserida num pacote de medidas apresentado pela Comissão em abril do ano passado para melhorar o governo societário, visa assegurar um maior envolvimento dos acionistas nas sociedades em que investem e contribuir para a sua competitividade e sustentabilidade a longo prazo.

Para os eurodeputados, a política de remuneração aplicável aos administradores deve contribuir para o crescimento a longo prazo da sociedade e "não estar, em grande parte ou na íntegra, associada a objetivos de investimento de curto prazo".

Todos os Estados-Membros da UE "devem assegurar que as sociedades elaborem uma política de remuneração dos administradores e a submetam ao voto vinculativo da assembleia geral de acionistas", diz o texto aprovado na comissão parlamentar dos Assuntos Jurídicos no dia 7 de maio.

"As sociedades só devem pagar uma remuneração aos seus administradores que seja conforme com uma política de remuneração submetida a votação na assembleia geral de acionistas. Qualquer alteração dessa política deve ser submetida a votação em assembleia geral de acionistas e a política deve ser submetida a aprovação em assembleia geral, pelo menos, a cada três anos", acrescenta.

Os eurodeputados reforçaram ainda as regras sobre a identificação dos acionistas, a transmissão de informações, a obrigatoriedade de apresentação de relatórios e o envolvimento dos trabalhadores, entre outras.

Aumento da transparência sobre as atividades das grandes empresas

A comissão parlamentar dos Assuntos Jurídicos incluiu disposições sobre o aumento da transparência relativamente às atividades das grandes empresas, em especial no que se refere aos lucros obtidos, aos impostos pagos sobre os lucros e aos subsídios recebidos. "A obrigatoriedade de apresentação de relatórios neste domínio pode ser considerada um importante elemento da responsabilidade social das sociedades perante os acionistas e a sociedade", diz o texto.

Os eurodeputados querem também que as grandes empresas divulguem publicamente, "fornecendo uma discriminação por Estado-Membro e por país terceiro onde a grande empresa em questão tenha uma filial, os elementos essenciais e informações relativos a decisões fiscais" (tax rulings).

O texto, que toca em muitos outros aspetos sobre o governo societário, foi aprovado na comissão parlamentar dos Assuntos Jurídicos por 13 votos a favor e 10 contra.

Situação em Portugal sobre divulgação da política de remuneração e direitos dos acionistas

Portugal é um dos 15 Estados-Membros da UE que requer a divulgação da política de remuneração dos administradores, como a Áustria, a Bélgica, a Bulgária, a República Checa, a França, a Alemanha, a Itália, a Letónia, a Lituânia, os Países Baixos, a Eslováquia, a Espanha, a Suécia e o Reino Unido.

De acordo com o estudo de impacto da Comissão Europeia, 11 Estados-Membros, entre os quais Portugal, requerem que seja disponibilizada informação sobre as remunerações individualmente atribuídas aos administradores (os outros países são Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Itália, Lituânia, Países Baixos, Espanha, Suécia e Reino Unido).

Portugal é também um dos dez Estados-Membros que introduziram o voto vinculativo dos acionistas sobre a política de remuneração dos administradores, ao lado da Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Hungria, Letónia, Países Baixos, Eslováquia, Suécia e Reino Unido.

Debate: 7/07/2015

Votação: 8/07/2015

Processo: codecisão (processo legislativo ordinário), primeira leitura

Relator: Sergio Gaetano Cofferati (S&D, IT)

Mais informação

[Relatório sobre a proposta que altera a Diretiva 2007/36/CE no que se refere aos incentivos ao envolvimento dos acionistas a longo prazo e a Diretiva 2013/34/UE no que se refere a determinados elementos da declaração sobre o governo das sociedades](#)

Ambiente: Eurodeputados propõem medidas para aumentar a eficiência na utilização dos recursos

A definição de uma meta vinculativa de redução dos resíduos, a revisão da legislação europeia sobre a conceção ecológica e a adoção de medidas para dissociar o crescimento da utilização dos recursos naturais são algumas das recomendações feitas num relatório sobre a transição para uma economia circular, que vai ser votado na quarta-feira. Os eurodeputados instam a Comissão a apresentar uma proposta ambiciosa sobre a economia circular até ao final deste ano.

Este relatório dá resposta à comunicação da Comissão Europeia "Para uma economia circular: programa para acabar com os resíduos na Europa", apresentada em 2014 juntamente com uma proposta legislativa sobre os resíduos, que foi retirada pela nova Comissão de Jean-Claude Juncker.

A comissão parlamentar do Ambiente lamenta a retirada desta proposta, apelando a que seja apresentado um novo e mais ambicioso pacote legislativo relativo à economia circular até ao final de 2015.

O aumento da eficiência na utilização dos recursos implica um afastamento da atual economia linear, caracterizada por um modelo de produção e consumo do tipo «extrair-fabricar-consumir-deitar fora». Numa economia circular, praticamente todos os materiais não renováveis circulam em circuitos fechados. Os resíduos pós-consumidor são eficazmente recolhidos, reciclados e utilizados para fabricar novos produtos.

"Para resolver o problema da escassez de recursos, é imprescindível reduzir a extração e a utilização dos recursos e dissociar totalmente o crescimento da utilização dos recursos naturais", diz o relatório da comissão parlamentar do Ambiente.

A economia global utiliza o equivalente a 1,5 vezes os recursos do planeta para conseguir a sua produção total e absorver os resíduos. Estima-se que, até 2030, este número suba para duas vezes os recursos do planeta.

A Europa depende mais de recursos importados do que qualquer outra região do mundo: 40 % de todos os materiais utilizados na UE são importados.

Debate: 6/07/2015

Votação: 8/07/2015

Processo: relatório de iniciativa

Relatora: Sirpa Pietikäinen (PPE, FI)

Mais informação

[Relatório sobre a eficiência de recursos: transição para uma economia circular](#)

Reserva de estabilização do mercado para o regime de comércio de licenças de emissão de CO2

O Parlamento Europeu vai votar a proposta de criação de uma reserva de estabilização do mercado para o regime de comércio de licenças de emissão de CO2, que visa tratar a questão do excedente de licenças, atualmente estimadas em 2 mil milhões. O acordo alcançado entre os eurodeputados e os governos nacionais em 26 de maio vai ser votado em plenário no dia 8 de julho. A reserva de estabilização do mercado estará operacional a partir de 1 de janeiro de 2019.

A reserva de estabilização do mercado deverá corrigir uma insuficiência estrutural do regime de comércio de licenças de emissão (RCLE), que não permite flexibilidade da oferta de licenças para atender a mudanças das condições de mercado ou proteger o RCLE contra choques inesperados e repentinos da procura.

O atual desequilíbrio deve-se, sobretudo, a um desfasamento entre a oferta de leilões, que é fixada de forma muito rígida, e a correspondente procura, que é flexível e influenciada, entre outros fatores, pelos ciclos económicos e pelos preços dos combustíveis fósseis.

A proposta que vai ser votada em plenário introduz um sistema que retira automaticamente do mercado uma parte das licenças do RCLE, colocando-as numa reserva caso o excedente ultrapasse um certo limite.

Em 2013, o Parlamento e o Conselho alteraram a diretiva RCLE para permitir à Comissão adiar o leilão de 900 milhões de licenças até 2019 e 2020. Em fevereiro de 2014, a Comissão adotou então um regulamento destinado a adaptar o calendário do leilão para a terceira fase (2013-2020) do comércio de licenças do RCLE, de modo a que 300 milhões de licenças fossem diferidas para 2019 e 600 milhões para 2020.

As licenças diferidas serão colocadas diretamente na reserva.

O RCLE é considerado a pedra angular da política de redução de CO2 da UE.

Debate: 7/07/2015

Votação: 8/07/2015

Processo: codecisão (processo legislativo ordinário), segunda leitura

Relator: Ivo Belet (PPE, BE)

Mais informação

[Comunicado de imprensa - Parlamento Europeu aprova congelamento de parte das licenças de emissão de CO2 \(10/12/2013\)](#)

Modernizar as regras europeias sobre os direitos de autor

Os eurodeputados vão debater e votar um relatório que examina as atuais regras europeias sobre os direitos de autor e faz recomendações para a reforma que a Comissão deverá apresentar até ao final do ano. O objetivo é modernizar a legislação para a tornar compatível com a era digital. O relatório aborda questões como o bloqueio geográfico, a utilização de fotografias de obras ou edifícios que se encontram em locais públicos, a promoção da criatividade e a remuneração dos titulares de direitos.

"A utilização abrangente da Internet em toda a União conduziu a uma situação em que quase todas as pessoas estão envolvidas em atividades relevantes para os direitos de autor. A legislação em matéria de direitos de autor desempenha, por isso, um papel central na vida quotidiana da maioria dos cidadãos europeus e, como tal, deve ser atualizada a fim de refletir as necessidades de todos os grupos de utilizadores. Essa situação exige um novo equilíbrio entre os interesses dos titulares de direitos e a capacidade das pessoas normais participarem em atividades que são essenciais para a sua vida social, cultural e económica, mas que estavam fora do âmbito de aplicação da legislação em matéria de direitos de autor no anterior ambiente tecnológico", diz a relatora da comissão parlamentar dos Assuntos Jurídicos, Julia Reda (Verdes/ALE, Alemanha).

Debate: 9/07/2015

Votação: 9/07/2015

Processo: relatório de iniciativa

Relatora: Julia Reda (Verdes/ALE, DE)

Mais informação

[Relatório sobre a aplicação da Diretiva 2001/29/CE relativa à harmonização de certos aspetos do direito de autor e dos direitos conexos na sociedade da informação](#)

Debate sobre as relações entre a UE e Cuba com Federica Mogherini

Os eurodeputados vão debater os últimos desenvolvimentos nas relações entre a UE e Cuba e as perspetivas para o futuro com a Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros, Federica Mogherini, na quarta-feira à tarde.

Debate: 8/07/2015

Mais informação

[Relações da UE com Cuba \(página web do Serviço Europeu para a Ação Externa\)](#)

Outros assuntos na agenda

Recentes ataques terroristas / Extensão do mandato da comissão TAXE / Preparação do programa de trabalho da Comissão para 2016 / Revisão da Política Europeia de Vizinhança

20º aniversário do massacre de Srebrenica - declaração do presidente do Parlamento Europeu na abertura da sessão plenária, na segunda-feira

Recentes ataques terroristas - debate com o Conselho e a Comissão na quarta-feira

Extensão do mandato da comissão TAXE (comissão especial do Parlamento Europeu sobre as decisões fiscais antecipadas e outras medidas de natureza ou efeitos similares) - votação na terça-feira

Políticas de emprego - debate sobre as orientações para as políticas de emprego dos Estados-Membros (relatório Agea) e sobre a Iniciativa Emprego Verde (relatório Lambert) na terça-feira e votação na quarta-feira

Preparação do programa de trabalho da Comissão para 2016 - debate com a Comissão na quarta-feira e votação de uma resolução na quinta-feira

Os desafios da segurança na região do Médio Oriente e do Norte de África e as perspetivas de estabilidade política - debate do relatório Peillon na quarta-feira e votação na quinta-feira

Revisão da Política Europeia de Vizinhança - debate do relatório Kukan na quarta-feira e votação na quinta-feira

Financiamento para o desenvolvimento - debate com o Conselho e a Comissão, na terça-feira, sobre a Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Financiamento para o Desenvolvimento (13-16 de julho de 2015) e do relatório Schlein sobre a elisão e a evasão fiscais como desafios à governação, à proteção social e ao progresso nos países em desenvolvimento, que será votado na quarta-feira

Pescas: aprovação de uma declaração relativa à concessão de possibilidades de pesca em águas da UE aos navios que arvoram o pavilhão da Venezuela na zona económica exclusiva ao largo da costa da Guiana Francesa - votação da recomendação de João Ferreira na terça-feira